

## EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Renata de Sá Osborne da Costa**

Universidade Salgado de Oliveira, Niteroi, Rio de Janeiro, Brasil

**Carlos Alberto Figueiredo da Silva**

Universidade Salgado de Oliveira, Niteroi, Rio de Janeiro, Brasil

**Sebastião Josué Votre**

Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** A educação física vem sendo instada a posicionar-se de forma proativa, no que se refere às questões sobre a relação entre esporte e atividade física e a preservação do meio ambiente. Neste trabalho apresentamos e discutimos alguns conceitos relacionados à educação para o desenvolvimento sustentável no âmbito do esporte e da educação física. Analisamos o papel a ser desempenhado pela educação física em programas educativos em prol do desenvolvimento sustentável. Também fornecemos subsídios para uma agenda de intervenção por parte do educador físico, para sintonizar-se com as propostas de integração que resultam da reflexão responsável sobre efeitos da atividade físico-desportiva no meio ambiente.

**Palavras-chave:** Natureza – Esporte – Educação física.

### Introdução

Questões delicadas e complexas nos desafiam quando nos propomos pensar, ao mesmo tempo, em desenvolvimento e proteção do meio ambiente . O desafio é tão delicado que assume traços de paradoxo, pois a proposta é crescer sem destruir, progredir sem poluir, avançar sem degradar. A complexidade do tema favorece a integração de saberes, pois as abordagens monodisciplinares não conseguem abranger os diferentes aspectos críticos do binômio. Se, por um lado, o crescimento acelerado da economia global, que se utiliza dos recursos naturais renováveis e não renováveis do ecossistema<sup>1</sup>, representa uma ameaça às condições de vida, por outro, a pobreza extrema existente no mundo exige o desenvolvimento urgente de comunidades humanas em vários países, sobretudo no hemisfério sul.

A proposta para pensar esse desafio supõe acolher o conceito quase paradoxal de desenvolvimento sustentável - o modelo de desenvolvimento que, em tese, seria capaz de conciliar crescimento econômico e bem-estar das comunidades com conservação da natureza. O objetivo plausível, associado a esse sintagma nominal, é crescer preservando o meio ambiente, crescer recuperando-o, ou crescer com o mínimo de dano ambiental.

Antes de prosseguirmos, é importante delimitar o que queremos dizer com natureza e meio ambiente. O homem é parte da natureza porque também é um ser vivo, porém o ser humano não é um animal qualquer devido ao seu poder de produzir seus meios de existência. Como relatam Charlot e Silva (2005), a natureza não é mais original, mas resultado da ação histórica do homem sobre ela. Não existe uma natureza intocada uma vez que a espécie humana faz parte da trama da vida do planeta e vem interagindo com os diferentes ecossistemas há muito tempo (BRASIL, 2000b). No entanto, entendemos que a natureza existia antes do ser humano habitar o planeta, e nossa representação da natureza está associada ao mundo biológico, ou seja os animais, a vegetação, o mar, os rios etc. A natureza seria um dos elementos do meio ambiente, um conceito amplo, definido por Carvalho (2004) “como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente” (p. 36). E o ser humano é um agente que pertence a essa teia de relações entre o social, natural e cultural.

A questão que se põe para cada comunidade reflexiva é até que ponto se pode alcançar o objetivo do desenvolvimento sustentável. Para alguns grupos de pessoas que praticam esportes na natureza a questão é: até que ponto se trata de um propósito viável? No caso mais específico dos esportes praticados na natureza não domesticada, como rios, montanhas e vales, a questão se mantém: estamos diante de uma utopia, centrada em alvos interessantes, mas praticamente inviáveis?

Ao refletirmos sobre as questões enunciadas, devemos considerar que as comunidades urbanas e rurais contemporâneas se desenvolvem e se organizam em torno de duas racionalidades: a busca da eficácia na ação e a busca de propósito e sentido para a existência do indivíduo na sociedade – como sujeito reflexivo. A primeira racionalidade (formal ou

---

<sup>1</sup> Recursos naturais são estruturas e processos que os humanos usam mas não podem criar. Esse recursos são caracterizados como renováveis ou não renováveis. Exemplos de recursos renováveis são a vegetação, os animais, o ar e a água, que podem ser conservados, o que não quer dizer que sejam inesgotáveis. Um ecossistema é uma região na qual os organismos e o ambiente físico formam uma unidade interligada. O mundo natural se organiza em unidades interrelacionadas chamadas ecossistemas (ENGER; SMITH, 2000). .

instrumental) nos dá a técnica e a segunda (substantiva ou dos fins), os valores (FURTADO, 2000).

Os projetos de desenvolvimento no Brasil, em nossa opinião, têm privilegiado a técnica, pois esta possui um poder de difusão e transformação muito maior do que supostamente o faria a criação de valores substantivos. No entanto, os esforços, quer dos agentes que controlam o sistema produtivo por meio do desenvolvimento da técnica, quer dos agentes sociais, centradas nos valores, não têm provocado ações concretas suficientes no sentido de fortalecer e fazer valer os valores relacionados à conservação do ambiente.

Entre as estratégias de melhor desempenho, para enfrentar o problema da exclusão social e da catástrofe ambiental, provocado por um tipo de desenvolvimento que privilegia a técnica, estão as que contam com a educação ambiental. Esta visa a transformação social através da “superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; JUNIOR, 2005, p. 287). Para combater a crise ambiental é necessário uma nova visão de mundo e uma mudança de valores.

Autores tais como Costa (2006) e Silva, Terra e Votre (2006) apostam no esporte como meio para a transformação. Esses autores vêm argumentando que na educação física se trabalha, sobretudo, com valores. Uma parte desses valores se refere ao respeito ao oponente; outra parte se refere à cooperação com os pares, o que contribui para uma saudável convivência e favorece a resolução de problemas.

Louvamo-nos no fato de que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2003, proclamou 2005 como o Ano Internacional do Esporte e da Educação Física com o intuito de incentivar investimentos dos governos, universidades, empresas e organizações da sociedade civil nesse campo. A ideia principal do gesto da ONU é fomentar o desenvolvimento do esporte e da atividade física, de modo a promover melhorias na educação, na saúde, no desenvolvimento e nos processos de paz.

Portanto, vivemos num contexto de pressões e expectativas para que o esporte e a educação física se integrem a projetos e programas de educação e saúde mais abrangentes que contribuam para a melhoria da qualidade de vida. Nossa postura, neste trabalho, é pró-desenvolvimento qualificado. Deste modo, nós nos alinhamos pelas propostas de desenvolvimento que se propõem buscar as melhores soluções para o cuidado com os seres humanos, os elementos do domínio biótico (organismos com vida) e os elementos do domínio abiótico (solo, água, ar).

Buscaremos, nesse contexto, contribuir para o incremento da eficácia do sistema educacional no desenvolvimento sustentável, de forma a tender, por um lado à satisfação de necessidades elementares da população e, por outro, à preservação e recuperação dos domínios biótico e abiótico. Entendemos que, só assim, poderemos compatibilizar propostas de desenvolvimento que supõem a utilização de recursos cada vez mais escassos.

Inicialmente, encaminhamos a discussão com vistas à elaboração de um conceito de desenvolvimento sustentável na interface com a educação ambiental. Em seguida, indicamos como o esporte e a educação física podem e devem enquadrar-se numa política educacional para o desenvolvimento sustentável na interação com o meio ambiente. Por fim, formulamos sugestões e recomendações para o debate e para a ação.

## A concepção de educação para o desenvolvimento sustentável

A proposta de desenvolvimento sustentável visa promover, em cada setor da atividade humana, uma alternativa de desenvolvimento inteligente, capaz de durar por levar em consideração, além dos aspectos econômicos: os humanos, os sociais, os da vida não-humana, animal e vegetal, assim como a conservação e melhoria da qualidade do solo, do ar e da água.

A proposta é ambiciosa, no sentido de que há vários desafios a serem superados, tanto na concepção teórica quanto na concretização dos procedimentos, táticas e estratégias para alavancar o desenvolvimento sustentável. O conceito vem sendo formulado e discutido nos últimos quarenta anos. Segundo Freitas (2004), os antecedentes da gênese da expressão desenvolvimento sustentável datam dos anos 1970, juntamente com as primeiras conferências internacionais sobre o ambiente. No Relatório Brundtland (UNITED NATIONS, 1987), esse tipo de crescimento foi formalmente explicitado como o desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem às suas próprias necessidades. Infere-se, da análise das discussões, um uso polissêmico do termo *sustentável*, que se emprega ora na acepção de comprometimento em não exaurir os recursos, ora no sentido de diminuir o impacto negativo das ações humanas nesses recursos, e por fim no sentido de preservá-los e, na medida do possível, em recuperá-los, nos casos em que a degradação é reversível. Observe-se que nas três acepções do termo, o objetivo embutido é restritivo e não proativo. A ideia de futuro está contemplada de forma indireta e a de recuperação é pressuposta, conjugando os interesses humanos e a manutenção do ecossistema (o que inclui os dois domínios, o dos seres vivos e o do ambiente abiótico). Nos termos do documento da agência educacional das Nações Unidas, trata-se de “melhorar a qualidade da vida humana respeitando a capacidade do ecossistema” (UNESCO, 2005)

Entende-se, pois, o que se lê tanto em Freitas (2004), quanto em Gadotti (2009). O primeiro afirma que o conceito original de desenvolvimento sustentável está carregado de ambiguidades, no sentido de que não é unívoco. A posição de Freitas merece ser comentada. Por um lado, não vemos razão suficiente para que um termo seja escolhido ou rejeitado com base apenas na quantidade de sentidos que o mesmo evoca, pois a produção do conhecimento supõe a postulação e definição de categorias analíticas, que qualificam e definem as acepções que interessam ao pesquisador. Por outro lado, concordamos em que o processo de redução semântica, de controle da polissemia, de redução das áreas de sobreposição é uma tarefa árdua, em qualquer área do conhecimento. Gadotti comenta que a polissemia da expressão *desenvolvimento sustentável* tem gerado muitas discussões no plano conceitual. No entanto, outros termos, tais como justiça, democracia, cultura e cidadania, também são polissêmicos, e o fato de terem significados diferentes dependendo de quem os define, não os impediu de firmarem conceitos relevantes. Para o autor, embora o termo tenha sofrido algum desgaste, ele é poderoso e apresenta uma visão positiva do futuro da humanidade. No plano conceitual discute-se o conceito, mas na prática sabemos o que é ou não sustentável. Na visão do autor, a fome e a miséria são insustentáveis.

É consensual, quer nas ciências exatas, quer nas humanas e sociais, que não existem conceitos completamente unívocos, em que não se flagre alguma ambiguidade ou alguma área de

sombra. Num mundo de linguagens que solicitam a convergência e a integração dos saberes, convivemos com a polissemia, a ambiguidade e a indeterminação. A questão reside mais na reflexão crítica sobre a pluralidade de significados e na construção de consensos provisórios e operacionais. Entretanto, concordando com Freitas, na medida do possível, devemos evitar termos cujos conceitos são ambíguos, vagos ou ambivalentes.

Em síntese, mesmo admitindo a necessidade de estabelecer limites para alcançar a compatibilidade com os princípios da episteme, apostamos na potencialidade da *lexia desenvolvimento sustentável*, como apta a identificar as necessidades humanas e os elementos com que os humanos são convidados a interagir com o ambiente, em seu cotidiano. O significado literal do sintagma, numa primeira leitura, pode apontar para um tipo de desenvolvimento que sustenta ao longo do tempo, que não é efêmero, passageiro ou transitório. Numa segunda leitura, derivada da primeira, pode referir um tipo de desenvolvimento que é digno de ser sustentado, que tem as potencialidades de ser sustentado. Uma terceira, também derivada, articula e condiciona o desenvolvimento econômico e social ao desenvolvimento social. É exatamente esta terceira dimensão que foi acolhida e regulada pela UNESCO.

Com efeito, para o documento da UNESCO (2005), que mencionamos, o conceito de *desenvolvimento sustentável* compreende três componentes-chave: sociedade, ambiente e economia, ancorados na cultura. O primeiro componente, sociedade, descreve e avalia o papel das instituições sociais na transformação e no desenvolvimento, assim como o papel dos sistemas democráticos e participativos, em que todas as opiniões, por mais distintas que sejam, podem ser expressas e o consenso pode ser alcançado.

O segundo componente, ambiente, diz respeito à natureza vulnerável do ambiente e à consciência de como as atividades humanas o afetam, bem como da necessidade de estabelecer e assumir compromissos em equacionar as preocupações com o ambiente, juntamente com o desenvolvimento econômico e social.

O terceiro componente, economia, relacionado às atividades produtivas, implica consciência e sensibilidade quanto aos limites e ao potencial do crescimento econômico e do seu impacto na sociedade e no ambiente. Diz respeito também ao compromisso em avaliar os níveis individuais e coletivos de consumo, aliados a uma preocupação com o ambiente abiótico e com a justiça social. Os valores, a diversidade, as linguagens e as visões de mundo, associadas à cultura, influenciam significativamente o modo como essas questões são trabalhadas nos diferentes contextos: locais, regionais e internacionais. A economia precisa adequar-se a novos parâmetros, sob pena de frustrar os projetos de perfil sustentável.

Ao se pensar na relação entre desenvolvimento sustentável e atividades físico-desportivas, deve-se também levar em conta os três componentes-chave listados pela UNESCO, com foco nas culturas que se desenvolvem em cada modalidade de atividade física e de lazer, bem como de cada modalidade de desporto. Em termos operacionais, postulamos que o desenvolvimento sustentável das atividades físico-desportivas é o que se auto-sustenta, no sentido de que não exaure os recursos materiais, não danifica o solo, ar ou água e, em diferentes aspectos, contribui para melhorar a qualidade do ecossistema.

O maior desafio diz respeito à concretização do ideal do desenvolvimento sustentável, em termos de procedimentos, técnicas e táticas; os anos passam e muito pouco foi conquistado ou consolidado, por exemplo, na construção e gestão de espaços esportivos. A superficialidade ou

irresponsabilidade de certas ações que se denominam sustentáveis funciona, por vezes, no sentido oposto da expectativa, pois essas ações aumentam os lucros de alguns, em detrimento do bem comum, ao invés de distribuir melhor os resultados do desenvolvimento realizado. Essas práticas contribuem para enfraquecer ou comprometer a ideia do desenvolvimento sustentável.

A concretização do ideal previsto no documento da UNESCO de 2005 e no de Copenhague de 2009 implica reinventar parte dos objetivos da educação, repensar o currículo e interferir na formação dos educadores. É nesse sentido que a UNESCO está liderando a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que compreende o período de 2005 a 2014, com vinculações a outras iniciativas internacionais. Essas iniciativas visam alcançar a melhoria da qualidade de vida, especialmente para os grupos mais vulneráveis, que se encontram marginalizados e excluídos; propõem estratégias e ações relacionadas ao gozo dos direitos humanos, incluindo igualdade em questões de gênero, raça, etnia, deficiência, idade, com foco na redução da pobreza, na democracia e na cidadania e na educação básica de qualidade.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável foi construída sobre mais de 30 anos de experiência em educação ambiental (UNESCO, 2005). A relação entre uma e outra vem sendo debatida e não há ainda um consenso do que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável apresenta de realmente novo que a educação ambiental ainda não tenha abordado. Autores brasileiros e latinos têm reagido contra o termo Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Segundo Lima (2009), a educação ambiental no Brasil inicialmente tinha um perfil comportamentalista, conservador e apolítico. No entanto, houve uma aproximação dos movimentos sociais e ambientalistas, fazendo surgir nesse processo a educação ambiental crítica, também chamada de educação ambiental transformadora ou educação ambiental popular ou educação ambiental emancipatória.

Admitimos que a educação para o desenvolvimento sustentável pode trazer, como contribuição nova, sua ligação com outras iniciativas internacionais em prol da educação. Também pensamos que não se trata de substituir a educação ambiental pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Acreditamos que o momento é de abordar as duas conjuntamente em prol da educação básica. A abordagem que acolhemos supõe interdisciplinaridade, integração dos saberes, visão holística e parcerias para a gestão ambiental e para o desenvolvimento responsável no ambiente. O escopo do projeto educacional que postulamos, no contexto brasileiro alinhado à visão da UNESCO, compreende a relação harmônica do homem com a natureza, incluindo a relação dos seres humanos entre si e desses com suas construções culturais e com os diferentes elementos componentes da natureza.

Neste sentido, destaca-se a importância de educar as novas gerações para que aprendam a enfrentar a dominação e a exploração humanas que se exercem, quer sobre os seres humanos, quer sobre os recursos naturais. Trata-se do envolvimento e comprometimento com uma luta abrangente, por uma nova ética global, capaz de erradicar a extrema pobreza e cuidar da vida dos humanos e dos outros seres vivos, além de preservar e melhorar as condições dos recursos renováveis, sem exaurir os não-renováveis.

Qual seria, então, o papel do esporte e da educação física para a presente década da educação para o desenvolvimento sustentável? Entendemos que essa é uma pergunta pertinente e que a educação física escolar deve ocupar posição de destaque para responder a esse questionamento.

## **Possíveis contribuições da educação física, no contexto brasileiro, à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

É consenso que para que se promova o desenvolvimento sustentável é necessário apoiar e fortalecer a educação, principalmente na escola básica. No contexto escolar cabe à educação física ocupar uma posição de liderança em relação aos demais componentes do currículo no processo de educação para o desenvolvimento sustentável, uma vez que ela se realiza no ambiente físico. É nesse viés que propomos um olhar crítico construtivo sobre a educação física realizada no contexto escolar, no intuito de superação das dificuldades e maximização de seu potencial.

Entre as dificuldades da educação física escolar, sobressaem a carência de locais adequados para a prática de esportes na escola, a marginalização do profissional de educação física perante a equipe pedagógica e a fragilização do papel do professor de educação física como educador. Num esforço para superar a primeira dificuldade, o Programa Segundo Tempo, criado pelo governo federal, visa contribuir para o desenvolvimento da escola de tempo integral por meio da realização de atividades esportivas no contraturno escolar. Constam, em seu manual, dados alarmantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, indicando que apenas 18,1 % das escolas de ensino fundamental, públicas e particulares, no Brasil, oferecem um local adequado para a prática esportiva dos alunos (BRASIL, 2004). Para viabilizar atividades de esporte e lazer para comunidades em situação de risco social, o governo federal implantou também o Programa de Esporte e Lazer na Cidade, PELC, que identifica e negocia espaços em clubes, igrejas e associações, ou mesmo nas vias e praças públicas, para as atividades físico-desportivas.

Ambos os projetos referidos atestam a falta de espaços adequados para a prática esportiva, que enfraquece e compromete o desempenho da educação física. Soma-se a essa condição o que os Parâmetros Curriculares Nacionais chamam de “marginalidade” da educação física. Dois exemplos são citados, um relativo ao horário em que as aulas são ministradas e o outro relativo à integração da educação física no contexto escolar. Muitas vezes o horário das aulas é escolhido conforme a conveniência de outras áreas e não de acordo com as necessidades específicas. Em momentos de planejamento e avaliação do trabalho escolar, raramente, o professor de educação física participa, o que resulta em seu distanciamento da equipe escolar (BRASIL, 2000a).

Bracht e Almeida (2003) identificam uma área de tensão e conflito entre os objetivos do esporte escolar e os interesses do sistema desportivo. Esses dois universos, em princípio, são distintos, mas quando se estabelecem parcerias entre a escola e as organizações voltadas para o esporte de alto rendimento, as diferentes “agendas” tendem a entrar em conflito, resultando uma perda para a educação física escolar. Os autores abordam essa questão dando como exemplo um programa esportivo criado em 2001, em que o governo reeditava o discurso da pirâmide esportiva, que subordina o desporto escolar ao que é de interesse do esporte de alto rendimento. Com isso, há uma perda do projeto político-pedagógico da educação física.

Diante das dificuldades apresentadas, como fazer educação física para o desenvolvimento sustentável? Resenhemos a seguir alguns caminhos e, dentre as alternativas viáveis, sugerimos as que nos parecem mais pertinentes. A primeira delas foi proposta por Figueiredo (2002). Para o

autor, a educação física contribui para o desenvolvimento sustentável quando busca superar a visão fragmentada do homem e a dissociação dos saberes naturais e sociais. As tarefas associadas a essa alternativa são promover condutas cooperativas e solidárias, recuperar a ludicidade dos jogos, perdida em parte com o advento dos esportes modernos nas escolas e propiciar o convívio entre os gêneros. O autor recomenda que a educação física estimule o princípio de “jogar com o outro” ao invés de apenas “jogar contra o outro”; que se empenhe em preservar e desenvolver o legado cultural, por exemplo, com a capoeira, que é parte da história brasileira. Por fim, o autor apresenta uma visão de mundo questionadora de padrões da sociedade moderna ocidental. Figueiredo argumenta que não basta escolher determinadas atividades, como se essas, por si sós, garantissem a formação questionadora. Segundo sua interpretação, a intencionalidade do professor é fundamental, no processo educativo, para estimular o pensamento crítico.

A formação do pensamento crítico do aluno deve cobrir todos os aspectos de sua vida ativa, a começar por uma reavaliação do uso que ele faz dos recursos ambientais de que dispõe para o exercício físico, para a caminhada, a corrida, o uso dos recursos da natureza nas suas atividades de lazer, a utilização dos equipamentos urbanos, o respeito ao ambiente construído e manipulado em que reside.

A segunda alternativa é conscientizar. Entender que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável não é um caminho novo. Não se pode esquecer o caminho trilhado pela educação ambiental na escola em sintonia com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000b), que tratam o ambiente como tema transversal e que preconizam a parceria escola e comunidade. A educação ambiental se fez presente na escola principalmente através do conteúdo transversal meio ambiente. A Educação Física era convidada a abordar a temática assim como outras disciplinas.

Um exemplo de parceria escola e comunidade que pode ser dado é a associação que a educação física pode fazer com certos esportes na natureza, considerando a ambivalência do esporte. Ou seja, a crescente expansão do desporto, por vezes em desarmonia com a natureza, o torna mais um dos padrões de produção e consumo não sustentáveis. Embora possa colaborar para a consciência individual e coletiva em relação à natureza, ele também atua como vilão quando aumenta a sua destruição. Por isso o desporto deve procurar formas de autocontrole (COSTA, 1997).

Sobre iniciativas que colaboram para a consciência ambiental, Costa (2006) comenta iniciativas de esportes tais como o surfe e a vela no sentido de promover a educação. O surfe, por exemplo, em muitos dos seus campeonatos promove mutirões de limpeza de praias, plantação de mudas de plantas nativas e distribuição de panfletos educativos. Também atuam politicamente como cidadãos contra a especulação imobiliária em torno de praias tendo algumas vitórias como, por exemplo, quando conseguiram que a prainha no Rio de Janeiro se tornasse uma área de preservação ambiental, ameaçada por um empreendimento imobiliário no local em 1990. Além disso, organizam escolinhas de surfe que servem para ocupar o tempo ocioso das crianças e estimulá-las a frequentar a escola.

A educação física no Brasil, e em particular no Estado do Rio de Janeiro, em face da escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, se depara com uma série de desafios, dentre os quais, destacamos: a) incorporar o ideário dos valores da educação olímpica, acompanhar as discussões sobre melhoria de locomoção, reforma e construção de equipamentos

esportivos e preservação do ambiente biótico e abiótico; b) discutir os componentes do *fair play* na competição de alto rendimento, com foco na cooperação; c) discutir o papel da cooperação nos jogos competitivos, abordando a competição de alto rendimento sem que ela atrapalhe o ensino de outros conteúdos importantes no contexto escolar.

Em nossa opinião, os alunos devem ser estimulados a refletir sobre os Jogos Olímpicos, que tem o esporte competitivo como elemento central. Os Jogos Cooperativos, em contraposição ao esporte competitivo, podem servir como atividade prática no processo de compreensão dos significados de competir e cooperar. Portanto, não poderá deixar de dar ênfase aos jogos cooperativos, incorporando a sugestão de Bracht e Almeida, de manter o seu conteúdo pedagógico específico e sua missão de favorecer o esporte para todos, contrapondo esta proposta ao princípio da seletividade, presente na agenda do esporte de alto rendimento.

Murad (2009) apresenta uma análise sociológica dos jogos cooperativos em relação aos esportes competitivos, que pode ajudar nessa discussão. Ele explica que os jogos cooperativos são atividades lúdicas baseadas na ideia de “equilibração” (proveniente de Hegel e um dos pilares da pedagogia de Piaget). A cooperação é uma forma excelente de interação social por contribuir para a redução da competição e neutralização do conflito. Essa cooperação, segundo o autor, otimiza o processo de aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo. É missão da escola formar cidadãos que sejam, dentre outras coisas, capazes de questionar exclusões e identificar realidades em conflito. Logo, segundo o sociólogo, a escola deve ensinar a lidar com a competição, como característica própria da condição humana. Murad se ancora em Simmel (1983), para quem um grupo absolutamente harmonioso é irreal e não corresponde a um processo de vida real. A sociedade precisa de harmonia e desarmonia assim como de associação e competição.

Além de se ocupar com conteúdos específicos para trabalhar questões do ambiente e de sustentabilidade, a educação física deve participar do fortalecimento da Educação Básica. Trata-se de direcionar esforços para que todas as crianças tenham acesso a atividades físico-desportivas de qualidade. Então, o seu principal papel seria contribuir para o fortalecimento da escola e para que nenhuma criança seja deixada de fora de uma educação básica de qualidade, no espírito dos membros da Assembléia Geral das Nações Unidas, que convidam os governos e as instituições ligadas ao esporte e à atividade física a encorajar a construção e restauração de infraestruturas esportivas e a ampliar o esporte e a educação física, para que sejam acessíveis a todos (UNITED NATIONS, 2003).

Em síntese, a educação física escolar brasileira necessitará de habilidade do professor de educação física em abordar conteúdos tradicionais e outros relativos ao momento histórico brasileiro de sediar mega eventos esportivos de forma inteligente e com a finalidade de formação da cidadania crítica.

### **Considerações finais e recomendações**

No movimento educacional em prol do desenvolvimento sustentável, nota-se uma crescente participação de segmentos sociais, como organizações sociais de interesse público, organizações não-governamentais, grupos políticos, religiosos e étnicos, comprometidos com a conscientização e divulgação de propostas alternativas ao tipo de desenvolvimento predatório, que faz parte da história humana. Entretanto, estamos longe de uma representação social afinada

com o desenvolvimento sustentável que atinja todos os segmentos envolvidos na interação com o ambiente. Pois enquanto alguns grupos, na busca de eficiência e eficácia no alcance de suas metas, tendem a unir-se, atuar em sintonia, buscar formar redes de comunicação, de modo a promover ações em conjunto, recorrendo fortemente aos recursos das mídias televisiva, eletrônica e impressa; outros visam apenas seus próprios interesses, sem ética nem corresponsabilidade. Parece-nos que os esforços de alguns grupos não têm sido acompanhados do sucesso esperado e desejado. Vemos que a racionalidade instrumental sobrepõe-se à racionalidade substantiva. Os valores e os fins têm sido negligenciados e subsumidos aos meios e à técnica.

Segundo nossa percepção, nesse quadro pouco alvissareiro, o esporte e a educação física podem muito mais do que assumir o compromisso de causar o mínimo impacto ambiental. Cabe-lhes o papel de contribuir para garantir, para as gerações futuras, o mesmo contexto que encontram para a sua prática. Nós, em vez de lamentarmos a ausência de consciência ecológica, devemos propor uma agenda de ações educativas em que os esportistas se transformem em agentes de monitoração, denúncia de ações destrutivas e, sobretudo, mentores de melhoria de alguns aspectos críticos da realidade ambiental. Vias soterradas, pedras sob risco de rolar, lixo acumulado em mananciais, ações criminosas de corte de árvores e uso de fogo em áreas de preservação, eis alguns dos pontos em que os praticantes de esportes podem contribuir efetivamente para a salvaguarda do ecossistema.

Em vista do que se acaba de expor, entendemos que um dos tópicos da educação física, no ensino fundamental e médio e, sobretudo, na formação de novos professores, deve contemplar o próprio conceito de esporte, como comprometido com esta dimensão. O papel predador de alguns esportes na natureza deve ser objeto de análise e discussão, com vistas à intervenção social.

Pelo fato de o Brasil sediar os Jogos Olímpicos em 2016, a temática da cooperação e da competição será privilegiada na escola. Portanto, os educadores físicos não podem demorar em refletir sobre o assunto e procurar caminhos para abordar conteúdos, muitas vezes conflitantes, mas que se bem trabalhados, podem representar uma contribuição para o desenvolvimento do pensamento livre e crítico das crianças e jovens brasileiros.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável enfatiza o apoio à educação básica. Interpretamos assim, que a educação ambiental transformadora, que compartilha propostas e metas da educação popular, voltada para a integração das pessoas no seu ambiente social e natural, pode contribuir neste apoio. Nesta interpretação, procuramos superar algumas limitações das políticas de inclusão, optando explicitamente por alternativas de integração.

Recomendamos para os próximos anos pesquisas de como a educação física na escola está sendo impactada com os Jogos Olímpicos de 2016 e como reage frente aos inúmeros desafios. Mais especificamente recomendamos metodologias participativas de pesquisa, tais como a pesquisa-ação, que ao mesmo tempo em que geram conhecimento, geram também participação e transformação, com efeitos imediatos na integração.

Sugerimos que se façam novos estudos, centrados na prospecção e formulação de valores relacionados aos fins da atividade humana responsável, em relação ao meio ambiente. Propomos também que se avaliem, criticamente, as abordagens centradas no dever ser, e se favoreçam as abordagens críticas do quefazer hodierno face ao meio ambiente, desenfazendo políticas de inclusão, que são de si discriminadoras, e enfatizando alternativas de integração, que favorecem a convivência com o meio ambiente natural e social.

## Referências

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde: temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 2000b.

BRASIL. Ministério dos Esportes; Ministério da Educação. **Segundo Tempo**. Brasília: Ministério do Esporte; Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2009.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CARVALHO, I. C. M. O ‘ambiental’ como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I. S. M. (orgs.). **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra**. Montreal: Publications ERE-UQAM, p. 85-90, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CHARLOT, Bernard; SILVA, Veleida Anahi da. Relação com a natureza e educação ambiental. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 65-76.

COSTA, Lamartine. Introdução. In: COSTA, Lamartine P. (ed.). **Meio ambiente e desporto: uma perspectiva internacional**. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física Universidade do Porto, 1997. p. 23-29.

COSTA, R. **Educação física e desenvolvimento sustentável**. Niterói: IEG, 2006.

DACOSTA, Lamartine P. **Olympic studies: Current Intellectual Crossroad**. Desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

FIGUEIREDO, R. P. **Educação Física para educação ambiental: uma relação a ser construída na transitoriedade**. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

Pensar a Prática, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2011

FREITAS, M. Evolução do conceito de DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 547-575, 2004.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir. Educar para uma vida sustentável. **Pátio Revista Pedagógica**, Porto Alegre, ano XII, maio/julho, p. 12-15, 2008.

ENGER, Eldon D.; SMITH, Bradley F. **Environmental Science**: a study of interrelationships. 7th ed. New York: McGrawHill, 2000.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

MASCARENHAS, G.; BORGES, F. S. da. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. **Esporte e Sociedade**, n.10, p. 1-26, 2009. Disponível em <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1004.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2009.

MURAD, Mauricio. **Sociologia e Educação Física**: diálogos, linguagens do corpo, esportes. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**. UFMT, v. 10, p. 1-11, 2004.

SILVA, C. A. F; TERRA, B.; VOTRE, S. J. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, p. 167-183, 2006.

\_\_\_\_\_.; CORREIA, A. M. Espetáculo e reflexividade: a dimensão estética do basquete de rua. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 1, p 107-122, 2008.

SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; JUNIOR, . Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005

IOC. **The environment and sustainable development**. Lausane, Suíça, 2008. Disponível em: <[http://multimedia.olympic.org/pdf/en\\_report\\_842.pdf](http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_842.pdf)>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável 2005-2014**: documento final do plano internacional de implementação. Brasília, 2005.

UNITED NATIONS. **Resolution adopted by the general assembly**: sport as a means to promote education, health, development and peace. Disponível em: <

Pensar a Prática, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2011

<http://daccessdesenvolvimento.sustentavel.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/453/21/PDF/N0345321.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.

UNITED NATIONS. **Relatório Brundtland.** Disponível em: <<http://www.worldinbalance.net/pdf/1987-brundtland.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2009.

## **PHYSICAL EDUCATION, SPORT AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT**

**Abstract:** Physical education has been invited to participate in the movement concerning sports and physical activities and environment preservation. In this text we postulate and discuss some concepts concerning education for sustainable development in sport and physical education. We analyze the role of physical education in the educational programs in support of sustainable development. We also add elements for an agenda of educational intervention, under the guidance of the physical educator, in order to promote integrative proposals and actions concerning the environment.

**Keywords:** Nature – Sport – Physical Education

## **EDUCACIÓN FÍSICA, DEPORTE Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE**

**Resumen:** La educación física se le pide que se posicione de forma proactiva en relación a las preguntas sobre la relación entre el deporte y la actividad física y la preservación del medio ambiente. En este trabajo se presentan y discuten algunos conceptos relacionados con la educación para el desarrollo sostenible en el deporte y la educación física. Se analizó el papel que desempeña la educación física en los programas educativos en apoyo de desarrollo sostenible. También proporcionamos subsidios para un programa de acción por el profesor de educación física, para sintonizar con las propuestas resultantes de la integración de la reflexión responsable sobre los efectos de la actividad física y deportiva en el medio ambiente.

**Palabras claves:** Naturaleza – Deporte – Educación Física

Endereço para correspondência:

Carlos Alberto Figueiredo da Silva  
ca.figueiredo@yahoo.com.br  
Centro Universitário Augusto Motta,

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.  
Av. Paris, 72, Centro  
21041-020 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil